

# BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

## Editorial

**“Estamos a decidir não fazer evoluções nas carreiras ou vencimentos” – António Costa**



Estranhas manobras diante dos nossos olhos.

O governo acaba de matar o restabelecimento dos 25 dias de férias, que a troika anulara. Porém, dava-lhe jeito não ter que votar contra *todas* as propostas de reposição do Código de Trabalho, apresentadas, nomeadamente, pelo PCP e BE.

Tudo começou, lembre-se, com a aprovação, em “concertação social”, de uma série de medidas que, no essencial, mantêm e, até, agravam as medidas antilaborais de Passos/troika (ver p. 4).

Vendo-as em causa, o patronato desatou aos berros: que não há o direito de desvirtuar o que os concertantes sociais concertaram!

O governo queria evitar votar. Não queria dar o “mau aspecto” de se ver outra vez o “bloco central”, substituindo a geringonça, a votar contra os trabalhadores. Queria deixar a discussão para o Orçamento de 2019. Com a ressalva, claro, de... nunca “desvirtuar” o resultado da concertação social! (tristemente legitimada, diga-se, pela presença das duas centrais sindicais; a CGTP votou contra, mas lá continua).

Mas António Costa não quer deixar dúvidas ao que vem. Deu o “mote” em discurso de apresentação das obras no IP3: “Quando estamos a decidir fazer esta obra, estamos a decidir não fazer evoluções nas carreiras ou vencimentos.” (TSF, 2/7/2018).

O PSD alarmou-se; falou em “gafe”: não que o PSD quisesse, entenda-se, atacar a “indisponibilidade” do primeiro-ministro para satisfazer as reivindicações dos

funcionários públicos, cujas carreiras foram ilegalmente roubadas pela troika. O PSD queria, isso sim, proteger Costa.

É que não foi gafe.

Onde o primeiro-ministro “descarrilou” foi em dizer a verdade com perigosa brutalidade: a verdade de que a *única lei deste país é o saldo do orçamento; e que, neste, quem manda é Bruxelas*.

De facto, mais correcção, menos correcção, o que realmente conta é se se deixa ou não passar o próximo orçamento a mando da UE.

Aí, PCP e BE aprestam-se a fazer o serviço outra vez... Se não... talvez o PSD ajude... vai dizendo Rio.

É que Costa não disse: “*ou fazemos esta obra, ou fazemos evoluções nas carreiras*”. Disse: *fazemos* esta obra. Logo: *não fazemos* “evoluções” nas carreiras e vencimentos. Já está decidido. Que importa o Parlamento. Ou seja quem for.

É a lei da troika. Querem estradas? Não há carreiras nem aumentos. Querem escolas? Têm buracos nas estradas. Querem saúde? Cacilheiros e comboios apodrecem.

Não querem pagar a dívida? Ah, isso nunca, só sobre o cadáver de Centeno, e Centeno somos todos, como há uns meses disse o Centeno da “educação”!

O augusto presidente do “Eurogrupo”, o mesmo

Centeno, subsidiariamente Ministro das Finanças de Portugal, disse, num encontro, que alterações nas carreiras públicas deviam ser compatíveis com os recursos do país: “*Se se puser esta (...) condição em causa, não se conseguirá o progresso desejável*”. A sustentabilidade é “*um tema crítico*”, pois

“*a despesa pública representa cerca de 40% do PIB*”.

Pergunta-se humildemente: e os mais de 20 mil milhões enfiados pelo Governo na goela dos especuladores nestes últimos anos (mais de 10% do PIB), mais os 5% do PIB pagos aos mesmos especuladores todos os anos a título de serviço da dívida: serão compatíveis com os recursos do país? Serão “sustentáveis”?

É que, assim à primeira vista, a diferença principal entre uma coisa e outra é que:

1) Os milhares de milhões que não faz impressão ao governo gastar saem para bancos e banqueiros e respectivos paraísos fiscais. São, portanto, completamente eliminados da “nossa economia nacional”.

(cont. p. 3)

É a lei da troika:  
querem estradas?  
Então, nem carreiras  
nem aumentos.

## Crise dos Refugiados “Europa Humanitária” Manda Refugiados das Guerras Morrerem em Casa

A conversa: a União Europeia não é só mercado e negócios, é uma “comunidade de valores”, um farol das melhores tradições humanitárias.

Uma revista alemã (*Der Spiegel*) contava esta semana a odisséia, do navio *Lifeline*, uma semana à deriva no Mediterrâneo porque nenhum país da dita comunidade de valores quis deixá-lo acostar com uma “carga” de mais de 200 africanos que ele impedira de morrer afogados no mar.

O capitão, um mecânico de automóveis alemão, decidira fazer-se ao mar por não encontrar resposta à seguinte pergunta: “*Se semana após semana largam de África barcos com refugiados; se muitos desses barcos vão acabar por se afundar; mas a Europa, só para não ter de as acolher, não salva as pessoas que eles levam embarcadas — então quem as salva?*”

O capitão está actualmente a ser julgado num tribunal de Malta. Arisca uma pena de um ano de prisão.

Nas semanas que precederam a

odisséia do *Lifeline*, morreram mais de 700 pessoas no Mediterrâneo.

Entretanto, os dirigentes da comu-



nidade de valores reuniram-se em cimeira consagrada ao “problema” dos “migrantes e refugiados”.

Convém recordar: “migrantes e refugiados” fogem das consequências “humanitárias” e económicas de guerras causadas e fomentadas pelos EUA e restantes países da NATO, muito

longe da Europa ou dos EUA. Portugal gasta cada ano uns 60 milhões de euros com tropas colocadas no Afeganistão, na República Centro-Africana...

Conclusões da cimeira dos dirigentes da comunidade de valores?

1) **plataformas “regionais” de desembarque.** Ou seja: fora da UE, por exemplo na costa da Líbia, onde o Estado se desmoronou, e mandam bandos armados ligados a... traficantes de seres humanos! 2) **centros de controlo** fechados, no território da “comunidade de valores”. Centros de controlo fechados é um nome novo. Antigamente dizia-se: campos de concentração. 3) **mais dinheiro para a agência europeia de guarda-fronteiras** e... para a guarda costeira líbia (ver acima)!

Conclusões saudadas pelo governo da Itália, cujo Ministro do Interior, o fascista da *Lega*, Salvini, acusou o capitão do *Lifeline* de... tráfico de seres humanos! ■

## Crise Internacional, Cimeira da NATO e Brexit

### Trump Manda Europeus Gastar Mais em Tanques — e Menos em Médicos

Agitam-se por toda a Europa as chancelarias. Nos dias em que sai este número d’O Trabalho, reúne-se em Bruxelas a cimeira da NATO.

O *Economist* inglês vê uma fissura abrir-se a meio do Atlântico. Os EUA, a contas com a sua própria crise, mandam os “europeus” fazer muito mais despesa militar; como haviam, de resto, prometido. Mínimo: 2% do PIB em vez de uns 1,25% actuais. A diferença é superior ao PIB português.

Ninguém sabe o que fará Trump: porá em causa a famosa “garantia atlântica” de defesa mútua? Dançará com Putin dias mais tarde em Helsínquia?

Uma coisa todos sabem. Vão cumprir as ordens dos EUA.

Só que Trump aumentou, entretanto, a parada: 4%!

Pobre A. Costa, com o seu novo

plano, “sustentável”, claro, para chegar a 2% e ganhar os favores de Trump!

Em todo o caso, os países europeus aumentarão os seus orçamentos militares. E se Trump, mesmo assim, os “largar à sua sorte”, gastarão ainda mais, para proteger “sozinhos” os lucros das suas multinacionais pelo mundo fora.

Ter uma política favorável aos trabalhadores é possível — mas não na União Europeia.

Romper com a UE é possível — mas não mantendo-se o capitalismo e os mercados a mandar.

Num caso como no outro, o que significará isso para a população?

Para Portugal, o cumprimento das exigências do imperialismo americano significa triplicar o orçamento da guerra: mais uns 6.000 milhões anuais para a guerra: No total, um SNS!

Donde sairão? Perguntem a António Costa. É imaginar: “*Quando estamos a comprar estes tanques, estamos a decidir não empregar 5.000 médicos e 15.000 enfermeiras*”.

Pelo seu lado, o governo britânico afunda-se numa crise sem fim. A classe trabalhadora votou massivamente pela saída da UE, farta de tudo lhe ser destruído a pretexto (verdadeiro) de que assim manda e exige a UE. Só que o governo é dos conservadores capitalistas, e a maioria do capital britânico não quer *Brexit* nenhum.

Confrontados com a inevitabilidade de a Grã-Bretanha continuar debaixo da lei de Bruxelas em nome da “competitividade” da sua economia, os principais ministros Brexitistas de direita abandonam agora o governo.

Para os trabalhadores, as lições de tudo isto são claras.

Ter uma política favorável aos trabalhadores: é possível — mas não sob a União Europeia. Quem duvidasse, tem a prova com a “geringonça”. Antes, teve-a com Tsipras, na Grécia. Ambos são hoje fiéis executores de Bruxelas.

E romper com a União Europeia é possível — mas não mantendo-se o capitalismo e os mercados a mandar. Nesse caso, continuam a mandar os tratados e instituições de Bruxelas, fora ou dentro da UE. Bem o sabem os trabalhadores noruegueses ou suíços, a quem grande parte das directivas da UE são aplicáveis. ■



Editorial (cont. p. 1)

## Se Há Carreiras, Não Há Estradas; Se Há Estradas, Não Há Carreiras

2) Já os salários dos funcionários públicos servem para comprar pão e pagar rendas de casa ou hipotecas; ou seja, tornam-se receitas de quem fabrica e vende pão ou aluga casas, o famoso sector privado. Fazem, portanto, viver a “nossa economia nacional”. Parecem, assim de repente, mais sustentáveis do que aqueles. Não?

O problema é que há outra diferença entre os dois tipos de despesa pública. É essa diferença que realmente conta: os milhares de milhões pagos aos especuladores e encaminhados para os paraísos fiscais **são lucros e juros, rendimentos do capital** — coisa *boa* à luz do tratado de Maastricht e das instituições da “União Europeia”: ou seja, dos que mandam.

Já as verbas “gastas” com salários de funcionários públicos, professores, enfermeiras, por exemplo — com que estes compram pão e pagam rendas — em que dão elas? Dão, por exemplo, educação, gratuita (em princípio...) aos filhos dos trabalhadores. Dão saúde, gratuita (em princípio...) aos trabalhadores e seus filhos. Ou seja, são, no fundo, uma parte colectiva do salário do trabalhador. São quasi **rendimentos do trabalho** — coisa *péssima* para as instituições europeias e seus chefes (um dos quais se chama agora Mário Centeno, para glória da nação), porque rendimentos do trabalho são o horrível **“custo do trabalho”** que todos os países têm que competir por baixar se quiserem sobreviver à santa “concorrência livre e sem entraves” do tratado de Maastricht.

O que há de radicalmente novo em ou ganhar o capital; ou ganhar o trabalho? Nada de especial, é coisa conhecida. Chama-se: luta de classes.

O problema é que nessa luta de opostos, só se pode estar: ou de um lado; ou do outro.

Pagar a dívida? Parece que é bom: ganha o capital. Pagar aos trabalhadores da função pública? Parece que é mau: ganham os trabalhadores (só em parte; os gastos com o exército e a polícia também fazem parte da despesa pública; mas esses, por ordem de Trump e da NATO, é para subirem: com eles — ganha o capital!).

Não são, pois, precisos raciocínios económicos subtis. E também não são precisos subtis raciocínios políticos. A pergunta: porque prefere o governo fazer o que dá a ganhar ao

capital? pertence a resposta: porque o governo serve o capital e a sua “União Europeia”.



E os milhares de milhões pagos aos bancos e especuladores serão “compatíveis com os recursos do país”? Serão “sustentáveis”?

O que decide, então, quem ganha: o capital e o seu governo, ou o trabalho e as suas organizações? Decide-o a luta; nas repartições, nos sectores, em todo o país.

Uma jornalista do Público pergunta se vem aí um “verão quente”: professores em greve por causa das suas carreiras suspensas, profissionais de saúde (médicos e enfermeiros), polícias e guardas prisionais e funcionários e magistrados da justiça igualmente mobilizados pelos seus direitos. Verão quente extensível para o outono, à discussão do orçamento?

Claro que, para ser o trabalho a ganhar, é preciso que as direcções das organizações do trabalho, os seus partidos e sindicatos, sirvam o trabalho como o governo serve o capital. Que estejam à altura, não se deixem comprar com as migalhas que o capital lhes deixa cair da mesa do seu festim.

Que não votem, por exemplo, orçamentos de austeridade anti-trabalhadores.

Esse é, no fundo, o problema que faz existir este jornal.

Essas direcções não querem estar à altura. Muitos dirigentes papagueiam a conversa “responsável” do capital sobre “os recursos que temos” e “a dívida que é preciso pagar”. Temem, acima de tudo, romper com a União Europeia e os seus ditames — mesmo quando se dizem muito “críticos” dela. Falham aos trabalhadores.

É preciso que a direcção do trabalho seja tão rigorosa na defesa dos interesses dos trabalhadores, quanto são rigorosos na defesa do interesse do capital os funcionários políticos da burguesia: tanto os tradicionais dos partidos da direita, como os mais recentes, dos da “esquerda”. ■

### Centeno para a Grécia como Dijsselbloom e Schäuble para Portugal...

A escolha de Mário Centeno para chefe do chamado eurogrupo dos ministros das finanças, foi celebrada como grande conquista da nação saída da austeridade e do programa da troika.

Mas, como aqui não nos cansamos de dizer, as instituições da União Europeia não servem senão para aplicar a política de austeridade e de destruição das conquistas dos trabalhadores, como quer que se chame o Juncker, Barroso, Schäuble ou Centeno de turno...

Noticiava o jornal “i” de 5/7 que Centeno, nas suas novas funções, salientou, no parlamento europeu, que a Grécia, ao sair do programa de baixo da pata da troika, deve “manter o rumo”, prosseguir uma “política orçamental prudente” e “reformas estruturais” como a “flexibilização do mercado de trabalho”. Ao jornal grego *Naftemporiki* disse esperar que a Grécia “não se desvie dos compromissos anteriores”, devendo “tomar como suas” as políticas do programa da troi-

ka. Da “*continuação das políticas*”, relata o jornal as declarações de Centeno, “*depende o sucesso*”.

Centeno sabe, afinal, do que fala. As políticas que executa em Portugal são, também elas, a continuação adaptada das políticas da troika e de Passos.

Centeno não substituiu apenas o lamentável holandês Dijsselbloom como factótum dos Schäubles. Ele é o novo lamentável Dijsselbloom. ■

## “Concertação Social”

# Legislação Laboral Outra Vez Revista à Medida do Patronato!

Governo, sindicatos e patronato negociaram em finais de maio um acordo que altera a legislação laboral. Assinaram patronato e UGT. A CGTP participou, mas recusou assinar.

Que alterações são introduzidas?

O **banco de horas individual**, é extinto (no prazo de um ano), mas pode vigorar por acordo de 65% dos trabalhadores nas empresas, fora da contratação colectiva, até duas horas/dia, 50h/semana e 150h/ano. Fora da contratação colectiva e dos sindicatos, porque assim os patrões podem melhor chantagear os trabalhadores com a crise e o desemprego.

Alarga-se o **período experimental** de 3 para 6 meses, o que afecta essencialmente os jovens à procura do 1º emprego e os desempregados de longa duração. A CGTP acusa o governo de “*trocar o contrato a termo certo por uma forma ainda mais precária, que permitiria aos patrões contratar os trabalhadores por seis meses, despedindo-os de seguida, sem necessidade de fundamentação ou compensação, para além de ficarem isentos da denominada contribuição adicional para a Segurança Social, por excessiva rotatividade*”, acrescentando que a fórmula tem “*problemas constitucionais*” (Arménio Carlos, *Público*, 29/5).

Alarga-se, também, a possibilidade dos **contratos de curta duração** (entre 15 e 35 dias) a todos os sectores de actividade, já não limitada aos sectores do turismo e da agricultura: contratos verbais, sem nenhuma exigência regulamentar.

Já o **limite dos contratos a termo** passa de 3 para 2 anos. A CGTP qualifica-o de evolução positiva, “*a colher de mel no barril de alcatrão*”. Mas é uma medida que altera ligeiramente os termos da precariedade, não a suprime.

A questão essencial é, como os sindicatos têm reivindicado, **repor o direito de negociação colectiva**, acabando com a caducidade dos contratos colectivos. Sobre isto, porém, nem uma palavra.

Ou melhor: sobre isto, ameaças violentas do patronato contra o desvirtuamento do acordo, logo que souberam das

propostas de alteração da legislação laboral em discussão na Assembleia da República.

O PSD apressou-se a ameaçar também contra o “desvirtuamento” do acordo. E o PS iniciou contorções:

Carlos César, pelo grupo parlamentar, diz que este tem autonomia em relação ao governo. António Costa diz que o acordo de concertação corresponde ao programa de governo — sem que “*a legitimidade democrática do Parlamento esteja limitada pela concertação social*”. O Ministro Vieira da Silva espera que os deputados “*possam acompanhar o esforço [de entendimento] dos parceiros sociais*”. O Parlamento que

faça o favor de renunciar voluntariamente à sua “legitimidade democrática” a favor da concertação social como fonte da legislação laboral...

A questão essencial é  
repor o direito de  
negociação colectiva,  
acabando com a  
caducidade dos contratos.

Que os patrões não querem contratos de trabalho para poderem ter os trabalhadores à sua mercê e melhor os explorarem: compreende-se.

Mas porque faz o governo o que os patrões querem?

E porque o legitimam os sindicatos, participando nessa concertação anti-democrática, espécie de Câmara Corporativa, de má memória — mesmo quando, como a CGTP, votam contra?

E porque o toleram o BE e o PCP, que dizem que não aceitam certas medidas aprovadas? Irão votar contra?

Com o PSD já a declarar claramente que votará com o governo, não é uma triste farsa que se perfila de novo? BE e PCP a votarem nobremente contra, mas continuando a sustentar o governo que prolonga a troika... Governo que, geringonça, mas do “bloco total”, faz aprovar as medidas mais ferozmente antipopulares com o PSD (lembra-se do BANIF, da venda do BES?) e usa PCP e Bloco para aprovar os orçamentos e executar as ordens de Bruxelas. Única “contrapartida”: a austeridade vir (muito mal) disfarçada em cativações, destruição do investimento público e reposições muito parciais só das medidas mais atroz, que a própria direita considerava temporárias. ■



### Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;  
Endereço mail: [a.internacional.pt@gmail.com](mailto:a.internacional.pt@gmail.com);

Responsável: José Júlio Santana Henriques  
Página web: <http://ainternacional.pt>

## Caos na Saúde

### Todos os Sectores da Saúde se Mobilizam pelos seus Direitos e pelo SNS

António Arnaut, visto como pai do SNS em 1978, morreu. O SNS debate-se hoje com os que querem ser os seus covéis.

Contra a degradação do SNS, os médicos voltaram a fazer greve em 8,9 e 10 de Maio, depois de 2 anos a tentar negociar com o Ministério da Saúde: a abertura de concursos para a contratação e formação de mais médicos em especialidade, o descongelamento das carreiras, um médico de família por cidadão, a diminuição da lista de utentes por médico, para que o tempo de consulta possa ser digno, a diminuição das horas nas urgências (máximo 12, em vez de 18 ou 24). A greve contou com o apoio e solidariedade dos utentes.

O sindicato SIM referiu. *“Têm sido inúmeros os exemplos da degradação dos cuidados prestados aos utentes em consequência da manutenção das enormes restrições financeiras no Serviço Nacional de Saúde, em que se incluem o bloqueio das finanças às cirurgias oncológicas no IPO de Lisboa, o bloqueio das finanças à unidade de Pediatria do Hospital de São João, o serviço de Neurocirurgia em pré-fabricados no Centro Hospitalar de São João, o atraso de quase um ano na abertura de concursos para médicos recém-especialistas, o bloqueio à evolução das USF, entre vários outros.”*

Entretanto, como comenta o SIM, o Estado já injectou mais de 17 mil milhões na banca. E o Ministério

gasta 120 milhões de euros em serviços com empresas de trabalho médico temporário.

O Centeno da Saúde (pouco importa o nome) tem a dizer: *“empolam casos pontuais”*...

O Sindicato dos Enfermeiros (SEP) advertiu que além do Hospital de Santa Maria em Lisboa, que fechou camas e um serviço de cirurgia, outros hospitais poderão encerrar serviços por falta de enfermeiros, ao recusar o governo novas contratações. Assim o hospital da Cova da Beira, o Centro Hospitalar do Porto, a unidade local de Matosinhos, a unidade local de Castelo Branco, o Centro Hospitalar Médio Tejo. Não há autorização para substituir enfermeiros com ausências prolongadas e, nos contratos individuais de trabalho, nem sequer baixas por doença.

Até a mui institucional Ordem dos Médicos nota a frustração e revolta dos médicos e declara em comunicado: *“A*

*partir deste momento justificam-se plenamente todas as formas de protesto (...)”, dados a “falta de pessoal, equipamentos “fora de prazo” e sem manutenção e falhas de material clínico adequados...”* Os médicos *“não vão ficar de braços cruzados perante uma injustiça sem precedentes que está a afectar de forma insidiosa os portugueses e os profissionais de saúde”*. ■

#### “Caso Pontual”

#### Chefes de Serviço do Hospital de São José Demitem-se Colectivamente

*“Os chefes de equipa de medicina interna e de cirurgia geral, responsáveis pelos cuidados médicos de urgência prestados durante o seu período de serviço, consideram que as atuais condições de assistência no Serviço de Urgência (...) ultrapassaram, em várias das suas vertentes, os limites mínimos de segurança aceitáveis para o tratamento dos doentes críticos que diariamente a ele recorrem”*

## Professores

### Forte Adesão à Greve às Avaliações. Não É Tempo de Unir as Lutas?

Os professores continuam em luta contra o infame roubo do seu tempo de serviço pela troika, que este governo confirma com o mesmo argumento: Não há dinheiro! (*Só dá para os bancos!*)

Iniciou-se a 18 de Junho uma greve dos professores às avaliações, pela contagem dos 9 anos, 4 meses e 2 dias das carreiras que o governo lhes sonega.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), comunicou em 9/7: *“Mantendo fortíssima adesão à greve, professores confirmam que justiça das suas razões prevalece sobre dureza da luta”, mais de 90% das reuniões de avaliação não se realizaram, “o que demonstra que, apesar da duração desta greve, os professores não deixam que a sua luta se ressinta, como confirmam os dados disponíveis.”*

Com quase todos os sectores da função pública afectados por reduções de rendimentos reais da ordem dos 20% nos últimos anos e a braços com a recusa do governo de restabelecer os seus direitos e aceitar aumentos de salários no próxi-

mo orçamento, assim como com a destruição progressiva dos serviços públicos, **não é altura de todas as lutas se coordenarem e unirem numa só?** ■



## Conferência Operária Europeia, Paris, 12 e 13 Maio de 2018

### “Esta Europa Não É a Nossa Europa!”

Cem militantes operários, trabalhadores e muitos jovens vindos da Alemanha, Bélgica, Bielorrússia, Estado espanhol (Catalunha, País Basco e Galiza), França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Macedónia, Portugal, Roménia, Sérvia e Turquia foram, acolhidos na sede da *Tribune des travailleurs*. Muitos puderam participar na manifestação unitária para correr com Macron, de domingo à tarde, atrás do cartaz da Conferência, retomando as suas palavras de ordem em romeno, russo, português, holandês, alemão e inglês...



Lançaram o debate Christel Keiser, do Partido Operário Independente Democrático francês, Lorenzo Varaldo, editor do mensário *Tribuna Libera* em Itália, Heinz-Werner Schuster, presidente da comissão operária do Partido Social-Democrata (SPD) de Düsseldorf, na Alemanha. Lembraram que na origem da conferência estivera o apelo “*Esta Europa não é a nossa*”, lançado há cinco meses por militantes destes três países.

A conferência incluiu seis fóruns, com temas diversos, da luta das mulheres trabalhadoras à luta contra a guerra e pelo direito dos povos a dispoem de si mesmos, à independência das organizações operárias, à luta contra as directivas europeias e as privatizações, à “saúde e o ensino na linha de mira da União Europeia”, e a “*prisão dos povos ou união livre*”.

Ferrovários, estudantes, mineiros, médicos e metalúrgicos de todas as nacionalidades puderam expor o seu balanço de vinte e cinco anos de políticas saídas do tratado de Maastricht e aplicadas por governos de direita e de “esquerda com muitas asas”, como disse um militante grego ao falar do seu país.

Mas falou-se igualmente da resistência operária: da greve dos ferroviários de França

à dos médicos portugueses, da resistência de trabalhadores e povos da Turquia à política de Erdogan e, ainda, da campanha operária e democrática para o referendo sobre o aborto na Irlanda.

No domingo de manhã, a discussão centrou-se nas questões fundamentais. Em contribuição apresentada à conferência, Daniel Gluckstein lembrou que há, no movimento operário, matizes e desacordos sobre a exacta natureza da União Europeia. Sendo assim, “*será correcto, realista, possível e necessário pronunciar-se pela ruptura com a União Europeia? E*

*até onde se há-de ir?*”.

Ensejo para o debate recuar às origens da União Europeia, à natureza dos tratados, ao lugar central da moeda única, à dívida e à origem da misteriosa “regra do máximo de 3 % para o défice orçamental”, em cujo nome a Comissão Europeia organiza a devastação das conquistas sociais em todo o continente. ■

### Comício Internacionalista em Estrasburgo

A conferência foi convocada por um apelo que dizia: “*Não, esta Europa não é a nossa Europa! É a Europa do capital e da guerra. A esta Europa da guerra, dos tratados e das instituições europeias, a esta “prisão dos povos”, opomos nós a Internacional Operária e a luta pela Europa dos trabalhadores e da democracia.*”

A Conferência tomou nota de que em 2019 haverá eleições europeias. Independentemente das posições e compromissos legítimos que se possam adoptar em cada país para a ocasião, ela será para nós o ensejo de nos juntarmos uma vez mais para dizer que

“*Esta Europa não é a nossa Europa*” e fazer avançar a causa de uma Europa dos trabalhadores. Propomos que, em **abril de 2019**, se faça um grande comício internacional em Estrasburgo, sede do “Parlamento” da União Europeia, onde se dará a palavra a quem, como nós, diz:

**Revogação dos tratados europeus e de todas as directivas!**

**Pela Europa dos trabalhadores e da democracia!**

**Abaixo a guerra, abaixo a exploração!**

**Pela união livre dos povos e trabalhadores de toda a Europa!**

### A União Europeia, ou porque está a vida portuguesa num pântano: a opinião de Pacheco Pereira

Às vezes algum trabalhador acha exagero nosso considerarmos que, sem ruptura com a União Europeia, não é possível outra política a não ser a da troika, versão Passos ou versão Costa, com ou sem apoio de Bloco e PC.

Mas a realidade é dura de roer, e comentadores “independentes” são por vezes capazes de a descrever, sobretudo quando o seu partido não está no poder. Diz Pacheco Pereira (*Público*, 7/7, sem comentários; destaques nossos):

“*A estagnação das águas do pântano vem da conjugação da nossa dívida, do nosso deficit, com os “constrangimentos” europeus, as “regras” europeias, emanando das obrigações do Tratado Orçamental e das políticas da troika que estão bastante mais vivas do que se pensa. Perguntem a Centeno. O pântano é vigiado pelos seus cães de fila, de dentro e, particularmente, de fora. Esta fonte inquinada, que verdadeiramente nunca se discute a sério, espalha-se pelo PS, pelo BE e pelo PCP, os partidos da “geringonça” que às claras ou incomodados, aceitam uma governação subordinada ao Tratado, e vai para o PSD e para o PS que igualmente aceitam, com mais gáudio, as mesmas “obrigações”.*

(..)  
Com um parlamento desprovido dos poderes essenciais do orçamento, de cima para baixo, para os partidos e para os eleitores emana uma **podridão que infecta toda a vida democrática**. No essencial torna-a menos democrática. O resultado é que toda a vida política se desenvolve ao lado e fora do centro dos problemas, na periferia do que é mais importante, adiando quaisquer medidas que nos permitissem, em Portugal e para os portugueses, ter uma política mais conforme com as nossas necessidades e com as nossas possibilidades.” ■

## Estado Espanhol

# Pelos seus actos os conhecereis...

**Num golpe de teatro, o governo de Rajoy caiu. Tropeçou numa moção de confiança nas Cortes de Madrid, depois de novas revelações sobre a profunda corrupção em que o PP e o próprio Rajoy estavam atolados até ao pescoço. Sucede-lhe um governo minoritário do PSOE, chefiado pelo seu secretário geral, Pedro Sanchez. Sanchez já declarou que ia executar o orçamento de Rajoy. O**

**seu governo é tolerado na prática, nas Cortes, por Podemos, Ciudadanos e o próprio PP.**

**Terão os trabalhadores espanhóis razão para esperarem melhores dias, e o povo catalão o respeito da sua vontade expressa nas urnas de constituir uma República livre? Os nossos camaradas do grupo *La Internacional*, simpatizante do CORQI no Estado espanhol, respondem em editorial.**

O novo presidente começou a tomar decisões... que começam a dissipar as dúvidas que alguém pudesse ter sobre a sua futura acção de Governo. Para além da retórica, a nomeação dos seus ministros é um autêntico programa... para defraudar as aspirações da maioria de acabar com a política de Rajoy e dos franquistas.

A nomeação de Josep Borrell, ex-ministro de González e ex-empresário, sócio da Sociedad Civil Catalana, de extrema-direita, que apelava a “desinfectar” mais de dois milhões de cidadãos, é uma provocação ao povo da Catalunha e uma marcial continência ao aparelho franquista, que exige que se esmague o movimento popular pela República. Com razão a saudam os dirigentes do Ciudadanos, esperando que “trabalhe por Espanha”.

A nomeação da funcionária europeia Nadia Calviño, antiga colaboradora do ministro Solbes e Directora Geral do Orçamento da Comissão Europeia, é

preende-se que Ana Botín (chefe do Banco Santander) saúde com entusiasmo a sua nomeação.

Desde os seus primeiros passos que Sánchez vira costas às aspirações da maioria e se volta a submeter às exigências da dupla ditadura do aparelho de Estado franquista e da União Europeia que ele serve.

Têm razão os pensionistas. Nenhuma confiança! Não há que hesitar na mobilização, pelo contrário, há que ampliá-la e alargá-la para impedir que o “novo” Governo defraude as autênticas reivindicações da maioria.

É essa a responsabilidade das organizações que se reclamam dos direitos dos trabalhadores, da democracia e dos povos, e da maioria dos deputados que, nas Cortes, se reivindicam dos mesmos princípios. ■



um brinde às instituições da UE e à sua política de austeridade e contenção do déficit público, raiz de todas as contrarreformas sociais e laborais impostas pelos governos da troika. Primeiro o de Zapatero, depois o de Rajoy. Com-

## Campanha pela Libertação dos Presos Políticos Catalães em Portugal

### Entrevista a Pedro Moirinha, subscritor da petição

**Assinaste a petição, na manifestação do 25 de abril, pela libertação dos presos políticos na Catalunha e pelo respeito da vontade expressa pelos catalães a 1 de outubro passado. Porquê?**

Antes de mais, agradecer o convite feito pelo jornal “O Trabalho” e reconhecer a pertinência das vossas publicações, mostrando uma realidade próxima dos trabalhadores, mas cada vez mais afastada dos órgãos de comunicação social portugueses.

A assinatura da petição a favor da libertação dos presos políticos catalães, bem como pelo respeito pela vontade do seu povo, resulta, acima de tudo, de um acto de solidariedade e de consciência.

Se, por um lado, o povo catalão nos merece toda a solidariedade no seu direito à autodeterminação e na luta pacífica por um processo natural de independência, por outro lado, esta escalada de opressão e violência permite-nos analisar e conje-

turar o paradigma português, de silenciamento em relação aos direitos e à forma como se governa com e para o povo.

**Que pensas de uma campanha internacional de solidariedade com a Catalunha?**

A concepção de uma rede internacional de apoio à causa catalã deverá ter como base essencial o respeito pela vontade daquela cultura específica, daquele povo que não quer viver os resquícios do franquismo, nem ver as suas vontades serem subalternas a Madrid.

A solidariedade internacional é a prova de que caminhamos para um mundo globalizado, mas respeitante das características individuais de cada país.

As campanhas internacionais demonstram a fraternidade entre os povos e a capacidade de tomar como sua a posição de um estado soberano, como deve ser o da Catalunha.

No que respeita à posição de Portugal em todo este processo de opressão,

de realçar o trabalho realizado pelo CDR de Lx, que promoveu um debate interessantíssimo na Assembleia da República, mas que foi manifesta e orquestradamente abafado pela comunicação social portuguesa. O tema tem de continuar a apresentar-se de diferentes formas, convergindo na sua essência e nos seus princípios, tanto na exigência da libertação dos presos políticos como no direito à autodeterminação.

**Como reages às posições do governo português e P R, que se têm multiplicado em juras de fidelidade e amor à Espanha “una e eterna”?**

O governo português, em perfeita sintonia com a comunicação social, tem manobrado a opinião pública, contribuindo para a campanha de desinformação que assola as nossas TV e jornais.

Os interesses económicos e dos grandes grupos de pressão voltam a sobrepor-se a uma causa jornalística imparcial. ■

## México

### A Vontade Popular Impôs-se nas Urnas!

**Publicamos abaixo extractos da declaração de militantes mexicanos do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional a propósito da estrondosa vitória do candidato popular Andrés Manuel López Obrador nas recentes eleições presidenciais mexicanas, acabando com uma era de hegemonia absoluta dos partidos tradicionais, o PRI e o PAN e seus presidentes corruptos.**

Andrés Manuel López Obrador [AMLO, como é conhecido] obteve mais de 53% dos votos, causando uma hecatombe no caduco regime do PRI. López Obrador foi imposto por mais de 32 milhões de votos, (...) a coligação “Juntos Faremos História”, encabeçada pelo MORENA, obteve a maioria nas câmaras de deputados e senadores.

O PAN e o PRI sofreram uma derrota histórica. Mesmo nos seus bastiões eleitorais, foram varridos por uma onda de saturação com a corrupção, a impunidade, a violência e, principalmente, a política levada a cabo durante mais de 30 anos, favorecedora da pilhagem, da perda de direitos e das riquezas, das empresas públicas, de subordinação aos tratados comerciais e organismos financeiros internacionais, em resumo: a perda da soberania nacional (...)

Mesmo assim, os de cima, “a mafia do poder” e, por trás deles, o imperialismo farão todos os possíveis por travar esta onda. O pronto reconhecimento e comunicação de Trump com AMLO fez-se para atar as mãos ao próximo governo. O próprio AMLO teve,



no seu discurso, de dar sinais para tranquilizar “os mercados”, prometendo garantias de respeitar os “compromissos adquiridos”, que haverá “liberdade para os empresários”, dizendo que não haveria “expropriações nem confiscações” e que “tudo seria conduzido pelas vias legais” (...).

#### Qual o significado do voto massivo?

A responsabilidade de López Obrador e da sua organização política é agora enorme; o povo do México, especialmente os jovens e as mulheres (cujos votos foram maioritários por AMLO) e os trabalhadores do campo e da cidade deram-lhe um mandato: acabar com este modelo económico de subordinação ao grande capital e aos organismos financeiros internacionais.

(...) Sabemos que a profunda mudança a que aspiram o povo e a nação não se poderá dar de um dia para o outro. Dizemos, porém, o seguinte: há reivindicações imediatas que têm de ser cumpridas se se quiser verdadeiramente esta Transformação da República. O primeiro passo a dar é recuperar as nossas riquezas, pilares para o desenvolvimento de uma nação independente, e a primeira reivindicação a cumprir tem de ser a recuperação (repossessão-nacionalização-expropriação) da PEMEX, da CFE, das minas, da água (bacias lacustres), o que passa por anular os contratos assinados pelos últimos governos para favorecer a sua privatização. Outro passo necessário é a revogação das contra-reformas, a do ensino e a da legislação laboral. (...)

O imperialismo e seus sequazes no nosso país farão todos os possíveis por impedir o mínimo avanço; por isso precisamos de estar organizados e mobilizados. Como admitiu López Obrador no seu discurso no Zócalo, este resultado eleitoral é consequência da mobilização popular que desde há décadas se tem desenvolvido no país: os movimentos contra o autori-

tarismo e pela democracia, as mobilizações contra as privatizações da saúde, a educação, a electricidade, o petróleo, as greves por melhores condições de trabalho e de salário, os movimentos contra as fraudes de 1988 e 2006, as lutas contra os desaparecimentos forçados e os feminicídios, pela terra, pela democracia sindical, etc.

A chave para lograr a transformação é não deixarmos de nos mobilizarmos de maneira independente, sem cair em ilusões, confiando em que a força das massas e a sua organização é a maior ferramenta para a mudança. López Obrador chegou ao governo, é bem certo, o regime levou um golpe, mas isso não significa que o povo do México tenha o poder em mãos.

Nós, militantes mexicanos do CORQI, não apelámos a votar

López Obrador, ao vermos que, na sua plataforma de campanha e programa, redigidos por empresários, não se recolhiam claramente as reivindicações por que os trabalhadores da nossa nação têm lutado, representando um recuo das posições que ele defendera no passado. Compreendemos, contudo, que os milhões

que iam votar nele o fariam num anseio de mudança que ultrapassava o próprio programa eleitoral da coligação.

Por isso, antes da jornada eleitoral, através de uma carta a López Obrador assinada por centenas de trabalhadores e jovens, apelámos à formação de Comités de Defesa da Vontade Popular e da Democracia.

Em igualdade de condições com militantes do MORENA, simpatizantes e votantes de AMLO, participámos na defesa da votação e pusemos as nossas modestas forças ao serviço da derrota do sistema PRI-PAN.

Na Carta a López Obrador propusemos uma plataforma de recuperação dos direitos e da soberania (...) sendo necessário apostar pelo protagonismo das massas, pela sua organização política e sindical independente, propusemos a convocação de um Congresso Constituinte e Soberano que varra as leis antinacionais, anti-operárias e antipopulares. Mantemos firmemente esta posição, mas estamos dispostos a trabalhar, sem condições prévias, ombro a ombro com quem esteja disposto a dar passos em frente na organização e na luta.

Estamos dispostos a acompanhar e apoiar todas as acções que avancem para a revogação das contra-reformas, a recuperação dos nossos direitos, recursos e soberania. Sem deixarmos, porém, de ter consciência de que a verdadeira transformação só se conseguirá com um governo dos trabalhadores; por isso pomos mãos à obra na construção da Nova Central dos Trabalhadores, como instrumento sindical democrático e de luta da nossa classe, e por um verdadeiro Partido dos Trabalhadores, cujo germe nos parece actualmente estar na Organização Política do Povo e dos Trabalhadores (OPT), em que participamos. (...)